



Cresciumal
Termoelétrica Ltda.
(anteriormente denominada Cogeração Nautilus Ltda.)

**Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2026**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores e quotistas da
Cresciumal Termoeletrica Ltda. (anteriormente denominada Cogeração
Nautilus Ltda.)**
Leme - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cresciumal Termoeletrica Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de oito meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cresciumal Termoeletrica Ltda. em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de oito meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 26 de junho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

DocuSigned by
Daniel Marino de Toledo
Assinado por DANIEL MARINO DE TOLEDO 21599128837
CPF: 3105610837
Data/Hora da Assinatura: 6/26/2026 | 3:10:32 PM BRT
O: KPMG, OU: Presencial
C: BR
Empresor: AC Contador REB 05
CA: 3105610837465...

Cresciumal Termoelétrica Ltda.

Balço patrimonial em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2026
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	8	74
Total do ativo circulante		74
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Imobilizado	9	38.171
Total do ativo não circulante		38.171
Total do ativo		38.245

Passivo	Nota	2026
Circulante		
Fornecedores diversos	10	193
Salários e férias a pagar	11	94
Impostos e contribuições a recolher		15
Total do passivo circulante		302
Não circulante		
Mútuo financeiro	12	462
Total do passivo não circulante		462
Patrimônio líquido	13	
Capital social		37.952
Lucros acumulados		(471)
Total do patrimônio líquido		37.481
Total do passivo		764
Total do passivo e patrimônio líquido		38.245

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Cresciumal Termoelétrica Ltda.

Demonstrações do resultado

Período de oito meses findos em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais)

	Nota	2026 (8 meses)
(Despesas) operacionais		
Administrativas e gerais	14	<u>(212)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>(212)</u>
Despesas financeiras	15	<u>(12)</u>
Receitas (despesas) financeiras e variação cambial líquidas		<u>(12)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(224)</u>
Prejuízo do período		<u><u>(224)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Cresciumal Termoelétrica Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente

Período de oito meses findos em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais)

	2026 (8 meses)
Prejuízo do período	(224)
Outros resultados abrangentes	<hr/>
Resultado abrangente total	<u><u>(224)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Cresciumal Termoelétrica Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de oito meses findos em 31 de março de 2026

(Em Milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo inicial em 30 de julho de 2025			
Acervo líquido aportado na aquisição	37.952	(247)	37.705
Prejuízo do período	-	(224)	(224)
Saldos em 31 de março de 2026	<u>37.952</u>	<u>(471)</u>	<u>37.481</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Cresciumal Termoeletrica Ltda.**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto**

Período de oito meses findos em 31 de março de 2026

(Em milhares de Reais)

	Nota	2026 (8 meses)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período		(224)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades provenientes das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	9	1.317
Amortização do Intangível		12
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores diversos		193
Salários e férias a pagar		94
Impostos e contribuições a recolher		15
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais		<u>1.407</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	9	<u>(1.795)</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		<u>(1.795)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Mútuo financeiro	12	<u>462</u>
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamento		<u>462</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		<u>74</u>
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período		-
No fim do período	8	<u>74</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		<u>74</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Cresciumal Termoelétrica Ltda. (“Empresa”) é uma sociedade limitada domiciliada no Brasil, com sede na Estrada Vicinal José de Souza Queiroz Filho, s/nº, Km 12, na Zona Rural, no município de Leme, no estado de São Paulo. A Empresa tem por objeto principal a produção e a comercialização de energia elétrica.

Parte substancial da matéria-prima consumida (bagaço de cana de açúcar) é adquirida da Cresciumal Agroindústria Ltda., mediante contrato de consórcio e terceiros.

O exercício social da Empresa tem início em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano.

Aquisição pela Cresciumal Bioenergia S/A Participações

Em 09 de maio de 2025, foi celebrado, com a interveniência anuência da Raízen Centro-Sul S.A., da Raízen Nautilus Ltda., da Ferrari Agroindústria S/A e SRM Investimentos e Participações Ltda., o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual, mediante o cumprimento ou renúncia das Condições Precedentes, a Compradora comprometeu-se a adquirir através da Cresciumal Bioenergia S/A Participações 100% de participação do capital social da Cresciumal Agroindústria Ltda. (anteriormente denominada Raízen Nautilus Ltda.) e no âmbito do processo de Reestruturação Societária, as Partes acordaram pela separação dos Ativos e Negócios em duas sociedades, sendo que: (i) a Cresciumal Agroindústria Ltda., será detentora dos Ativos e Negócios relacionados às atividades agrícolas e agroindustriais; e (ii) a Cresciumal Termoelétrica Ltda. (anteriormente denominada Cogeração Nautilus Ltda.), deterá os Ativos e Negócios relacionados a geração e comercialização de energia elétrica. O preço pago por cada entidade foi dividido contratualmente através do Termo de fechamento como R\$ 281.894 para a Cresciumal Agroindústria Ltda. e R\$ 40.132 para a Cresciumal Termoelétrica Ltda..

A Empresa foi originalmente constituída em 30 de julho de 2025 sob a forma de sociedade limitada unipessoal, com a denominação Cogeração Nautilus Ltda., tendo como única sócia a Raízen Energia S.A. e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº NIRE 35267688422.

Em 18 de julho de 2025, foi constituída a Cresciumal Bioenergia S/A Participações, onde a Ferrari Agroindústria S/A e SRM Investimentos e Participações Ltda., realizaram a subscrição e integralização do Capital Social de 1.000 (mil) ações ordinárias no montante de R\$ 1 por ação, correspondente a 50% por cada acionista. A partir desta data, as adquirentes Ferrari Agroindústria S/A e SRM Investimentos e Participações Ltda. passaram a deter 50% de participação cada uma no capital social da Cresciumal Bioenergia S/A Participações, que detém 100% de participação no capital social da Cresciumal Agroindústria Ltda. e da Cresciumal Termoelétrica Ltda.

No dia 28 de outubro de 2025, foi realizado o aumento do Capital Social totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 400.000, sendo R\$ 200.000 pela Ferrari Agroindústria S/A e R\$ 200.000 SRM Investimentos e Participações Ltda., correspondendo a 400.001 ações ordinárias nominativas.

No dia 10 de fevereiro de 2026, foi realizado o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no montante de R\$ 40.000, sendo R\$ 20.000 pela Ferrari Agroindústria S/A e R\$ 20.000 SRM Investimentos e Participações Ltda..

Em 01 de novembro de 2025 foi celebrado o Termo de Fechamento para formalizar a conclusão da operação e atestar o cumprimento das condições precedentes e das transferências de titularidade de contratos. A transação envolveu a aquisição de 1 (uma) unidade industrial especializada no cultivo de cana-de-açúcar e na fabricação de açúcar e etanol, a Cresciumal Agroindústria Ltda., e 1 (uma) unidade produtora de energia elétrica a partir da geração de calor, referente à Cresciumal Termoelétrica Ltda., adquirida pela Cresciumal Bioenergia S/A Participações.

As entidades operam em conjunto, em uma relação de consórcio, em que a Cresciumal Agroindústria Ltda. fornece o vapor resultante do processo de fabricação de açúcar e etanol para a Cresciumal Termoelétrica Ltda. para produção de energia e, em contrapartida, a Cresciumal Termoelétrica Ltda. cede uma parte da energia gerada à Cresciumal Agroindústria Ltda. para utilização na produção. A administração entende que as operações das entidades possuem valor quando realizadas em conjunto, em linha com a prática do mercado de combinar as atividades de produção sucroalcooleira e a geração de energia, uma vez que ambas se beneficiam do processo.

Com isso, este investimento corresponde ao investimento em conjunto pela Ferrari Agroindústria S/A com a SRM Investimentos e Participações Ltda. por meio de uma *Joint Venture* na Cresciumal Bioenergia S/A Participações que possui em suas atividades preponderantes a produção e o processamento de cana-de-açúcar destinados a produção de etanol, açúcar e cogeração de energia. Por se tratar de um controle compartilhado (50% das ações para cada investidor), o investimento é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial na Ferrari Agroindústria S/A.

A Cresciumal Agroindústria Ltda. é associada à Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo ("Cooperativa"), cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da Cooperativa, os quais se tornam patrimônio comum e indivisível dos Cooperados. O resultado da comercialização desses produtos, nos mercados interno e externo, é rateado para cada cooperado conforme estabelecido no estatuto da Cooperativa. A Cooperativa também promove a orientação das atividades operacionais e econômicas da Empresa, facilitando, inclusive, a utilização recíproca de serviços no âmbito administrativo, tecnológico, financeiro e jurídico, que são disponibilizados a todos os cooperados.

Ativos e passivos líquidos identificáveis transferidos (valores contábeis)

Em 1º de novembro de 2025, no contexto da aquisição do controle pela Cresciumal Bioenergia S/A Participações e da reorganização societária, a Empresa recebeu a contribuição de acervo líquido integralizada pelo respectivo valor patrimonial contábil.

Os principais ativos e passivos líquidos identificáveis transferidos na operação estão apresentados a seguir:

Ativos	Valor contábil
Ativo não-circulante	
Imobilizado	37.705
Total do ativo não-circulante	37.705
Total Ativo	37.705
Passivos	Valor contábil
Ativo e passivo líquido identificável (i)	37.705

- (i) O montante do ativo líquido identificável apresentado no quadro (R\$ 37.705) corresponde aos ativos e passivos líquidos transferidos na operação. O capital social da Empresa, por sua vez, passou a refletir (i) o capital social inicial de R\$ 1, e (ii) o aumento de capital aprovado em 1º de novembro de 2025, totalizando R\$ 37.952 (representado por 37.952.651 quotas).

Por se tratar do primeiro conjunto de demonstrações financeiras da Empresa, não são apresentadas informações comparativas para o período anterior. Quando aplicável, referências à data de constituição/registro (30 de julho de 2025) são apresentadas exclusivamente para contextualização do histórico societário, não representando informação comparativa.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 26 de junho de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Empresa, estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores

reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação de políticas contábeis têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa nº 16 – Instrumentos financeiros.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2026 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na nota explicativa nº 6.e (iii) – Vida útil do ativo imobilizado.

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Empresa revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Diretoria da Empresa.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 16 – Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

6 Políticas contábeis materiais

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Receita

Venda de produtos

A Empresa segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Empresa.

As receitas decorrentes da venda de energia elétrica são reconhecidas quando a entidade transfere ao comprador os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos e mercadorias e quando são prováveis que sejam gerados benefícios econômicos associados à transação em favor da Empresa. Os preços de venda são fixados com base em ordens de compra ou contratos.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Empresa, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras; e
- Juros sobre contratos de mútuo.

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

c. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O

passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago sob os planos curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Imposto de renda e contribuições social

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumido é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social apurados por regime de caixa. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre determinadas diferenças temporárias que não impactam a base de cálculo do lucro presumido e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre a receita bruta tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de abril de 2009 ou data posterior a esta.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos de manutenção

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A Empresa realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumenta sua vida útil ou mantém sua capacidade de moagem, são reconhecidos no resultado como despesa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias anuais ponderadas de depreciação para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	% Ano
Edificações	1,79
Equipamentos, máquinas e instalações	4,49
Veículos	20,00
Equipamentos de informática	20,16
Móveis e utensílios	12,37

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento de patrimônio que não é mantido para negociação, a Empresa pode escolher, irrevogavelmente, apresentar mudanças subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta opção é realizada investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Instrumentos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR) Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. *Capital social*

As ações são classificadas como patrimônio líquido.

O Estatuto social da Empresa determina o percentual 2% sobre o lucro líquido do exercício como dividendos mínimos obrigatórios.

h. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- Ativos de contrato.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Empresa em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros

baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(ii) *Ativos financeiros não-derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Empresa em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Empresa considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Empresa utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Empresa considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026, no caso da Empresa após 1º de abril de 2026. A Empresa não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Empresa ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Empresa também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b. Emenda Constitucional nº 132/2023 – Reforma Tributária sobre consumo

A Reforma Tributária sobre o consumo foi instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023, que criou um modelo de IVA dual, composto pela CBS, de competência federal, em substituição ao PIS e a COFINS, e pelo IBS, de competência estadual e municipal, em substituição ao ICMS e ao ISS, além do Imposto Seletivo federal. A Empresa vem se preparando de forma antecipada, com equipes multidisciplinares, para a implementação da Reforma Tributária, diante de relevância e complexidade da mudança. Estão em andamento algumas adequações em processos internos, sistemas e revisão de contratos, com foco na adaptação aos novos tributos e documentos fiscais. Nas demonstrações financeiras de 2025, não houve impacto da Reforma Tributária, uma vez que os tributos foram calculados conforme a legislação vigente. Os primeiros efeitos devem surgir a partir de 1º de janeiro de 2027.

c. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC48 e CPC40);
- Classificação e mensuração de Instrumentos financeiros (alterações CPC48 e CPC40).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2026
Bancos	53
Aplicações financeiras	21
	<u>74</u>

Caixa e equivalentes de caixa são definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

As aplicações financeiras de curto prazo são de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que está sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário (CDB), indexadas a uma taxa de mercado com base em uma variação percentual de 2% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de março de 2026.

Na demonstração do fluxo de caixa, o caixa e equivalentes de caixa têm vencimento imediato (limite máximo de 90 dias) e fazem parte integrante da gestão operacional de caixa da Empresa, sendo que estes ativos financeiros apresentam alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor.

A exposição da Empresa a risco de crédito, taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 16 - Instrumentos financeiros.

9 Imobilizado

	Edificações	Equipamentos, maquinas e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizações em andamento	Manutenção em equipamentos	Total
Custo							
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-
Acervo líquido aportado na aquisição (nota 1)	8.135	78.577	264	20	2.002	-	88.998
Adições	-	-	-	-	-	1.795	1.795
Saldos em 31 de março de 2026	8.135	78.577	264	20	2.002	1.795	90.793
Depreciação							
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-
Acervo líquido aportado na aquisição (nota 1)	(3.937)	(47.172)	(184)	(12)	-	-	(51.305)
Adições	(56)	(1.252)	(8)	(1)	-	-	(1.317)
Saldos em 31 de março de 2026	(3.993)	(48.424)	(192)	(13)	-	-	(52.622)
Valor líquido contábil							
Slto inicial	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2026	4.142	30.153	72	7	2.002	1.795	38.171

a. Valor Recuperável do ativo imobilizado

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o período encerrado em 31 de março de 2026, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

10 Fornecedores diversos

	2026
Fornecedores diversos terceiros	53
Ferrari Agroindústria S/A (Nota explicativa nº 12)	140
	<u>193</u>

11 Salários e férias a pagar

	2026
Ordenados e salários	28
Férias e décimo terceiro	35
Obrigações sociais a recolher	31
	<u>94</u>

12 Partes relacionadas

a. Controladora final

A controladora direta é a Cresciumal Bioenergia S/A Participações com 100% de participação e as controladoras finais são a SRM Investimentos e Participações Ltda. e Ferrari Agroindústria S/A, com 50% de participação cada na controladora direta.

b. Remuneração de pessoal chave da Administração:

O pessoal chave da administração da Empresa é composto pela Diretoria eleita trienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração durante o período a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 19 em 31 de março de 2026. A Empresa não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

c. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2026, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a transações realizadas entre a Empresa e suas partes relacionadas referem-se basicamente a:

		Passivo	Despesas
		2026	2026
Mútuo financeiro			
Cresciumal Bioenergia S/A Participações	(a)	462	(12)
Total		<u>462</u>	<u>(12)</u>
Circulante		-	
Não circulante		462	

Fornecedores diversos (Nota explicativa nº 10)		
Ferrari Agroindustria S/A	140	-
Total	602	(12)
Circulante	140	
Não circulante	462	

- (a) Contratos de empréstimos, com vencimento em 31 de dezembro de 2028 e taxa de juros de SELIC.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 37.952, dividido em 37.952 (trinta e sete mil, novecentos e cinquenta e duas) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, bens e direitos líquidos de obrigações, detidas pela única sócia Cresciumal Bioenergia S/A Participações, conforme Cessão e Transferência de Quotas realizado pela Raízen Energia S.A.

14 Despesas operacionais por natureza

	2026
Despesas com pessoal	(198)
Outras despesas	(12)
Depreciação e amortização	(1)
Despesas tributárias	(1)
	(212)
Reconciliação com despesas operacionais	
Despesas gerais e administrativas	(212)
	(212)

15 Resultado financeiro líquido

	2026
Despesas financeiras	
Juros – Contratos de mútuo	(12)
	(12)
Resultado financeiro líquido	(12)

16 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Empresa e operações em conjunto estão apresentados e classificados conforme a seguir:

Em 31 de março de 2026	Valor contábil			Valor justo	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Aplicações financeiras	21	-	21	21	21
Total	21	-	21	21	21
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa		53	53		
Total		53	53		
Em 31 de março de 2026					
		Valor contábil			
		Outros passivos financeiros			Total
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
Fornecedores diversos			193		193
Mútuo financeiro			462		462
Total			655		655

b. Mensuração do valor justo

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores possuem o valor justo que se aproximam do valor contábil.

Em nenhum ano, a Empresa efetuou transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros.

c. Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Empresa, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Empresa. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Empresa caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Empresa de clientes e em títulos de investimento.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2026
Caixa e equivalentes de caixa	74
	<u>74</u>

Caixa e equivalentes de caixa

A Empresa têm como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de empréstimos e financiamentos junto a cada uma das instituições.

Não existe na história da Empresa registro de perdas de Caixa e equivalentes de caixa.

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Basicamente representada por clientes compradores de produtos e subprodutos da Empresa, bem como energia elétrica e vapor. A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Não há concentração de risco de crédito. Além disso, as vendas se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário (principalmente no período de safra, que vai de março a dezembro de cada ano calendário) o que possibilita à Empresa interromper entregas a clientes que porventura se apresentem como potencial risco de crédito.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A previsão de fluxo de caixa da Empresa monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Empresa e o cumprimento de suas metas. O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	2026
Fornecedores diversos	193
Mútuo financeiro	462
	655

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

Passivos financeiros não derivativos

Em 31 de março de 2026	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	25 a 36 meses
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores diversos	193	193	193	-
Mútuo financeiro	462	1.362	-	1.362

Os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros até a data base e excluindo o impacto dos acordos de compensação são liquidáveis até 1 ano.

Não são esperados que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Empresa, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

A Empresa utiliza de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Empresa têm como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de *commodities*.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Empresa era:

	2026
Caixa e equivalentes de caixa	74
Exposição	74

Risco de taxa de juros

Decorre de a possibilidade de a Empresa estar sujeito a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando a mitigação deste tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, a Empresa efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do período de acordo com os montantes mostrados a seguir. O Cenário Provável corresponde as taxas de juros, na data das demonstrações financeiras.

Instrumento	Valor	Risco	Em 31 de março de 2026	
			Provável	
			%	Valor
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	21	CDI	2%	<u>1</u>
Resultado financeiro líquido (estimado)				<u>1</u>

(iv) Risco operacional

Aspectos ambientais

A Empresa considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Empresa diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/operacionais. A Empresa acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. A Empresa depende de parte relacionada pois parte substancial da matéria-prima consumida (bagaço de cana de açúcar) é adquirida da Cresciumal Agroindústria Ltda., mediante contrato de consórcio e terceiros para a geração de energia elétrica. Caso não tenha capacidade de geração de energia para a entrega aos clientes, multas contratuais são impostas conforme definido em contrato.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Empresa é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Empresa para a relação ajustada do capital ao final do período é apresentada a seguir, conforme números da Empresa:

	2026
Total do passivo	764
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(74)</u>
(=) Passivo Líquido (A)	<u><u>690</u></u>
Total do patrimônio líquido (B)	37.481
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (A/B)	0,02

17 Provisão para contingências

A Empresa, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia a probabilidade de ter contra si a materialização de determinadas contingências passivas de natureza trabalhista, cível e tributária. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos. Em 31 de março de 2026 não foi constituída provisão para eventuais riscos trabalhistas, cíveis e tributárias, visto que a avaliação dos assessores legais da Empresa aponta que não há algum processo de probabilidade de perda possível ou provável, razão pela qual a Administração não registrou provisão para riscos processuais nas demonstrações financeiras. Em 31 de março de 2026 a Empresa não possuía processos com perdas possíveis decorrentes de causas trabalhistas, cíveis e tributárias.

18 Compromissos

Compromissos venda de energia elétrica

No período findo em 31 de março de 2026, a Empresa não possui contratos de venda de energia elétrica negociados. Para entrega na safra 2026/2027, a Empresa irá exportar a quantidade de 60.949 Mwh.

* * *

Antonio Carlos Previte
Diretor

Sergino Ribeiro de Mendonça Neto
Diretor

Elizabeth de Souza
Contadora
CRC – 1SP236105/O-0

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 08203848-54EB-8BD3-805B-EE60358B4C90

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: 01 - Cresciumal Termoelétrica Ltda - 31.03.2026_VF_CLIENTE.pdf

Área:

Envelope fonte:

Documentar páginas: 32

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 4

Rubrica: 0

Rodrigo Bako Fernandes Da Silva

Assinatura guiada: Ativado

Av. Higienópolis 1100

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Londrina, PR 86020-911

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

rodrigobsilva1@kpmg.com.br

Endereço IP: 147.161.129.16

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Rodrigo Bako Fernandes Da Silva

Local: DocuSign

26/06/2026 14:12:31

rodrigobsilva1@kpmg.com.br

Eventos do signatário

Daniel Marino de Toledo

ID: 215.991.288-37

DMToledo@kpmg.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil

Emissor: AC Certisign RFB G5

CPF do signatário: 21599128837

Assunto: CN=DANIEL MARINO DE TOLEDO:21599128837

Assinatura

Assinado por:

 CAEF2ABB08B74B5...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 179.113.206.245

Política de certificado:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.6

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

http://icp-brasil.certisign.com.br/repositorio/dpc/AC_Certisign_RFB/DPC_AC_Certisign_RFB.pdf

Registro de hora e data

Enviado: 26/06/2026 14:13:25

Visualizado: 26/06/2026 15:10:13

Assinado: 26/06/2026 15:10:36

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 14/05/2026 16:04:33

ID: 9c0b163a-f8a3-41f4-936e-771d8baace17

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Igor Da Silva Tanaka

Copiado

Enviado: 26/06/2026 15:10:39

ISTANAKA@kpmg.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
--------------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
----------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
--------------------------------------	---------------	-----------------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	26/06/2026 14:13:25
------------------	------------------------	---------------------

Entrega certificada	Segurança verificada	26/06/2026 15:10:13
---------------------	----------------------	---------------------

Assinatura concluída	Segurança verificada	26/06/2026 15:10:36
----------------------	----------------------	---------------------

Concluído	Segurança verificada	26/06/2026 15:10:39
-----------	----------------------	---------------------

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		
---	--	--

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: br-dlitssystemssupp@kpmg.com.br

To advise KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at br-dlitssystemssupp@kpmg.com.br and in the body of such request you must state:

your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to br-dlitssystemssupp@kpmg.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to br-dlitssystemssupp@kpmg.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. during the course of your relationship with KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA..